



PROCESSO DE PROMOÇÃO | QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2020

## 007. PROVA OBJETIVA

### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – EDUCAÇÃO ESPECIAL (DEFICIÊNCIA AUDITIVA)

(OPÇÃO: 009)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

01. O artigo 225 da *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1988, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações. O parágrafo 1º do referido artigo lista incumbências do Poder Público para efetivar esse direito, sendo uma delas promover a educação ambiental em todos os \_\_\_\_\_ e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna, conforme o texto constitucional.

- (A) eventos institucionais
- (B) dias letivos
- (C) processos eleitorais
- (D) processos formativos
- (E) níveis de ensino

02. Em seu Título VII, Capítulo I, a Lei nº 8.069/1990 dispõe sobre crimes praticados contra a criança e o adolescente, por ação ou omissão. A esse respeito, o artigo 232 indica a pena a ser aplicada diante da seguinte conduta: submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.

Tal pena é de

- (A) multa fixada em dez salários mínimos.
- (B) detenção de seis meses a dois anos.
- (C) prestação de serviços à comunidade.
- (D) medida protetiva cautelar.
- (E) entrega de cestas básicas a entidades públicas.

03. A professora Eugênia foi procurada pelos pais de um de seus alunos relatando a seguinte situação: recentemente transferidos de outro país, eles não concordam com a classificação do filho no 3º ano do ensino fundamental, sob o argumento de que o domínio da língua portuguesa precisa ser aprimorado e que, por isso, temem que o filho se sinta defasado em relação à turma.

A professora, munida de um correto entendimento do parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 9.394/1996, explicou aos pais do aluno que a escola pode reclassificar os alunos, inclusive quando se trata de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base

- (A) a vontade manifesta da criança.
- (B) a disponibilidade de vagas.
- (C) a preferência dos pais ou responsáveis.
- (D) as normas curriculares gerais.
- (E) o estabelecimento de vínculos sociais.

04. O Decreto nº 6.949/2009 promulga a *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo*. Em seu preâmbulo, o documento reconhece, entre outras considerações, que um grupo específico de pessoas está frequentemente exposto a maiores riscos, tanto no lar como fora dele, de sofrer violência, lesões ou abuso, descaso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração.

Trata-se de

- (A) trabalhadores informais com deficiência.
- (B) meninos e meninas com transtornos globais de desenvolvimento.
- (C) mulheres e meninas com deficiência.
- (D) homens e mulheres com deficiência visual.
- (E) homens e mulheres com deficiência física.

05. Considerando o parágrafo 1º do artigo 2º da Resolução CNE/CP nº 1/2012, os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, referem-se

- (A) ao reconhecimento e à supressão das diferenças e das diversidades humanas.
- (B) à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.
- (C) à garantia da liberdade individual absoluta na expressão e na autodeterminação humana.
- (D) ao respeito e à tolerância diante das atipicidades humanas.
- (E) à primazia de atenção a determinados grupos humanos em situação de vulnerabilidade.

06. A Lei nº 13.445/2017, em seu artigo 3º, estabelece princípios e diretrizes que devem reger a política migratória brasileira.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente um princípio previsto no referido artigo.

- (A) Discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional.
- (B) Inclusão social, laboral e produtiva do migrante, prioritariamente por meio de iniciativa das organizações civis.
- (C) Distinção de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares.
- (D) Proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante.
- (E) Respeito à autonomia de cada país na efetivação de práticas de expulsão ou deportação coletiva.

07. O parágrafo 2º do artigo 3º da Resolução CNE/CP nº 1/2004 (que institui *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*) estabelece:

As \_\_\_\_\_ promoverão o aprofundamento de estudos, para que os \_\_\_\_\_ concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas, em conformidade com as diretrizes do documento para o desenvolvimento da Educação das Relações Étnico-Raciais e do estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana.

- (A) diretorias de ensino ... Conselhos de Educação
- (B) universidades ... sistemas de ensino
- (C) equipes docentes ... alunos
- (D) entidades mantenedoras ... grêmios estudantis
- (E) coordenações pedagógicas ... professores

08. O Decreto nº 55.588/2010 dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo.

Tendo em vista o escopo específico das disposições do documento, seu texto explicita o entendimento de que “toda pessoa tem direito ao tratamento correspondente \_\_\_\_\_”.

A lacuna é corretamente preenchida por:

- (A) à sua aparência
- (B) à sua identidade normativa
- (C) ao seu sexo biológico
- (D) ao seu gênero
- (E) à sua heteroidentificação

09. A meta 6 do *Plano Estadual de Educação de São Paulo* (2016) refere-se à temática da educação integral.

Tendo em vista o que o documento estabelece a esse respeito na própria meta e nas estratégias para sua consecução, é correto afirmar:

- (A) a fixação dos docentes nas escolas é uma estratégia prevista para estimular a continuidade dos programas de educação integral.
- (B) não há previsão de educação em tempo integral para o público da educação especial.
- (C) a oferta de educação em tempo integral não se aplica às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas.
- (D) educação integral é equivalente a educação em tempo integral e deve ser garantida a todos os alunos da educação básica.
- (E) os projetos de educação integral devem priorizar crianças em situação de carência cultural.

10. Estudante matriculada no 2º ano do ensino fundamental, Maria sofreu um acidente que resultou em uma deficiência física, impedindo-a de se locomover de forma autônoma.

Ao buscar informar-se dos direitos da filha, seus pais leram a *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021) e entenderam, acertadamente, que um dos serviços a que Maria tem direito, no âmbito da Educação Especial, é

- (A) o reforço escolar, oferecido na forma de atendimento educacional especializado aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, preferencialmente no contraturno.
- (B) o atendimento educacional especializado, a ser efetuado exclusivamente na própria sala de aula, em turno letivo regular.
- (C) a sala de recursos, espaço multifuncional acessível e adaptado para atendimento de forma especializada, em substituição à sala de aula regular.
- (D) o atendimento educacional domiciliar, ofertado por tempo indeterminado a estudantes que optam por não frequentar as aulas nas unidades escolares em virtude de suas condições físicas e/ou de seus valores familiares.
- (E) o transporte adaptado, disponibilizado quando necessário para que se garanta o acesso à escola, tendo em vista barreiras físicas que dificultem esse acesso.

11. Tendo em vista a concepção do *Currículo Paulista* (2019) sobre competências cognitivas e socioemocionais, é correto afirmar que

- (A) competências socioemocionais impactam na permanência dos estudantes na escola, enquanto as cognitivas têm relação mais direta com a empregabilidade.
- (B) as competências cognitivas são priorizadas na parte comum do currículo, ao passo que as socioemocionais predominam na parte diversificada.
- (C) a simultaneidade na mobilização das competências cognitivas e socioemocionais deve ser intencionalmente explorada.
- (D) as competências socioemocionais visam conformar subjetividades, enquanto as cognitivas permitem construir conhecimento.
- (E) algumas competências socioemocionais (como a empatia) devem ser trabalhadas de forma independente do pensamento crítico, de cunho cognitivo, a fim de garantir seu pleno desenvolvimento.

12. No documento *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (2004), afirma-se que os Conselhos Escolares representam, especificamente,

- (A) as entidades mantenedoras.
- (B) as comunidades escolar e local.
- (C) o Poder Público.
- (D) as Secretarias de Educação.
- (E) a Associação de Pais e Mestres.

13. Em suas reflexões sobre os novos desafios para a educação na era da Inteligência Artificial (IA), Azambuja e Silva (2024) argumentam que, apesar de a aplicação da IA no campo educacional resultar em muitas vantagens, ela
- (A) não substitui o papel crucial dos educadores humanos, que devem atuar principalmente como mentores e facilitadores do aprendizado dos alunos.
  - (B) massifica a aprendizagem, sendo incapaz de dedicar-se individualmente a cada aluno a fim de promover um aprendizado personalizado.
  - (C) tende a tornar o ensino ainda menos democrático, pois aumenta os custos da educação e reduz o acesso a cursos e conhecimentos.
  - (D) não é eficiente na captura e na transmissão de saberes disciplinares especializados, ainda que garanta maior eficácia em conhecimentos transversais.
  - (E) não tem o potencial de substituição das habilidades humanas cognitivas que envolvem conhecimento explícito ou habilidades técnicas.

14. Ao discutir o impacto das avaliações educacionais sobre o rendimento escolar, Carvalho (em Carvalho e outros, 2007) afirma que tais dados avaliativos não são apropriados pelos professores, pela escola, pelos alunos e pela comunidade. A esse respeito, a autora menciona um aspecto que, segundo ela, estaria ausente nas pesquisas avaliativas, contribuindo para essa falta de apropriação.

Ela se refere, especificamente, à ausência de

- (A) dados expressivos.
- (B) avaliações em quantidade suficiente.
- (C) rigor metodológico na condução dos instrumentos avaliativos.
- (D) um processo devolutivo.
- (E) interesse da comunidade na melhoria da escola.

15. Ceccon e outros (2009), ao discutirem conflitos escolares, mencionam diferentes tipos de justiça e suas respectivas formas de lidar com infrações. Amparados em Melo, Ednir e Cury (2009), os referidos autores apresentam um tipo específico de justiça nos seguintes termos:

Processo de resolução de conflitos em que não cabe punição. Tem caráter dialógico e inclusivo. Funda-se na autonomia da vontade e na participação de todas as pessoas afetadas direta ou indiretamente pela violência. Conduz ao estabelecimento de um plano de ação para que as necessidades de todos os afetados sejam atendidas, com garantia ampla de seus direitos e reconhecimento voluntário das responsabilidades dos envolvidos.

(Cláudia Ceccon e outros, *Conflitos na escola: modos de transformar: dicas para refletir e exemplos de como*)

Trata-se da justiça

- (A) retributiva.
- (B) corretiva.
- (C) vindicativa.
- (D) restaurativa.
- (E) pacífica.

16. Costa e Vieira (2000) afirmam que as crianças são heterônomas e os adultos são ou deveriam ser autônomos.

Os adolescentes, por sua vez, segundo os autores, são detentores de uma

- (A) autonomia relativa.
- (B) anomia aguda.
- (C) interdependência transitória.
- (D) heteronomia perene.
- (E) independência plena.

17. Leia o excerto a seguir.

Habilidade de focar na tarefa em questão e ignorar a distração. É a habilidade de selecionar ao que você presta atenção – excluir as distrações e travar o sinal – e tem “efeitos reverberantes” no sucesso na linguagem, na alfabetização e na matemática.

(Doug Lemov, *Aula nota 10 3.0: 63 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula*. Adaptado)

Essa definição, de acordo com o autor, corresponde especificamente ao conceito de

- (A) memória dinâmica.
- (B) controle inibitório.
- (C) foco alternado.
- (D) plasticidade cerebral.
- (E) atenção seletiva.

18. Considere a situação hipotética a seguir, apresentada por Lemov (2023).

Digamos que você dá a mesma aula duas vezes por dia: o terceiro e o quinto período. Sua turma no terceiro período é falante e animada – algumas vezes tão animada que você tem que interromper a tagarelice e as digressões para mantê-los no trilho. Os alunos do quinto período são mais introvertidos. Muito mentais, na verdade, mas eles precisam de uns cutucões para falar. Você usa o mesmo plano de aula para as duas turmas, mas se prepara de forma diferente.

(Doug Lemov, *Aula nota 10 3.0: 63 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula*)

Segundo os argumentos do autor, é correto afirmar que a conduta de usar o mesmo plano de aula para as duas turmas, mas se preparar de forma diferente é

- (A) indesejável, sendo que turmas diferentes requerem planos e preparações necessariamente diferentes.
- (B) adequada, sendo que os hábitos de preparação de aula podem reduzir a carga de trabalho.
- (C) excessiva, sendo que os hábitos de preparação de aula sobrecarregam a rotina docente.
- (D) imprópria, sendo que os hábitos de preparação de aula devem unificar as técnicas utilizadas para diferentes grupos diante de um mesmo planejamento.
- (E) contingente, sendo que os hábitos de preparação de aula tornam-se prescindíveis com o tempo e a experiência.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19. De acordo com a concepção de inclusão escolar defendida por Mantoan (2015), é fundamental

- (A) que o professor diferencie o ensino para cada aluno, individualizando os métodos, as estratégias e o grau de complexidade dos conteúdos.
- (B) assumir que o professor tem a chave para melhor explicar e dosar os conhecimentos que os alunos devem aprender.
- (C) que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos.
- (D) que sejam propostos trabalhos coletivos para grupos de alunos organizados por nível de desempenho escolar, determinando objetivos comuns para cada nível.
- (E) suprimir o caráter diagnóstico da avaliação escolar por uma visão efetivamente classificatória, a fim de reduzir a tendência a estereótipos.

20. Ao traçar as dez dimensões de sua concepção de *feedback*, Williams (2005) argumenta que, para que um *feedback* seja eficiente, o ideal é que a opinião sobre um trabalho seja dada

- (A) em público, de modo que outros colaboradores possam aprender com as críticas.
- (B) com foco na personalidade do colaborador, e não em comportamentos específicos.
- (C) imediatamente, de preferência em um clima de pouca tensão.
- (D) a partir de conselhos, mesmo quando a pessoa não os solicita.
- (E) de forma objetiva, evitando apresentar exemplos e descrever sentimentos.

21. De acordo com o Currículo Paulista: etapa ensino médio, a implementação do Currículo nas redes de ensino do Estado de São Paulo pressupõe um claro compromisso de garantir Educação Básica a segmentos da população paulista que, devido às distintas características socio-culturais e/ou às diversas situações de vulnerabilidades, requerem

- (A) recursos e métodos para a devida progressão escolar.
- (B) escolas especializadas para os educandos com deficiência.
- (C) currículos adaptados de acordo com o projeto da escola especializada.
- (D) atendimento educacional inclusivo para efetivar o direito à educação.
- (E) plano educacional especializado nas diferentes necessidades pedagógicas.

22. O Currículo Paulista: etapa ensino médio, em observação à diversidade cultural e ao compromisso com a redução das desigualdades educacionais no Estado, para assegurar integralmente as aprendizagens essenciais, além das identidades linguísticas, étnicas e culturais, leva em consideração

- (A) as dificuldades pedagógicas dos estudantes público-alvo da educação especial.
- (B) o nível de desenvolvimento cognitivo e socioemocional de cada estudante.
- (C) a garantia de que todos tenham os mesmos recursos didáticos.
- (D) propostas que garantam desempenho em atividades escolares e de vida diária.
- (E) as necessidades, as possibilidades e os interesses do estudante.

23. Um dos pontos focais do Currículo Paulista: etapa ensino médio consiste

- (A) na equidade e no reconhecimento de que as necessidades dos estudantes são diferentes.
- (B) na integração dos estudantes público-alvo da educação especial em salas de Atendimento Educacional Especializado.
- (C) em adaptar e abreviar o currículo escolar para atender as necessidades específicas dos estudantes.
- (D) na igualdade de direitos e na diferenciação dos tempos e espaços escolares para a inclusão.
- (E) no atendimento às diferentes formas de aprendizagem, com base nos diagnósticos realizados por equipe multidisciplinar.

- 24.** Mariana, uma criança com surdez congênita, foi matriculada em uma escola de educação infantil e terá direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), do nascimento aos três anos, o AEE se expressa por meio de
- (A) sistemas de apoio e estimulação, na primeira infância, que visem ao desenvolvimento psicomotor por meio do lúdico.
  - (B) serviços de intervenção precoce para otimizar o desenvolvimento e a aprendizagem em colaboração com os serviços de saúde e assistência social.
  - (C) estimulação essencial com o apoio de instituições especializadas para a o ensino da língua de sinais desde a mais tenra infância.
  - (D) recursos e práticas pedagógicas que estimulem o desenvolvimento de linguagem de sinais como primeira língua.
  - (E) atividades de vida diária, estimulação de comunicação e linguagem e recursos para orientação e mobilidade.
- 25.** A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) define que o Atendimento Educacional Especializado disponibiliza, dentre outras coisas,
- (A) técnicas de comunicação alternativa para o ensino e difusão da língua de sinais para todos os membros da comunidade escolar.
  - (B) recursos e técnicas para a inclusão escolar e social dos estudantes com deficiência em salas de recursos multifuncionais instaladas em escolas comuns.
  - (C) ensino da Libras como primeira língua para estudantes, professores e equipe de apoio e recursos alternativos de comunicação.
  - (D) programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva.
  - (E) aprendizagem ao longo de toda a educação básica, com recursos e atividades realizados nas salas especializadas em contraturno escolar.
- 26.** Quando houver a interface da educação especial com a educação indígena, do campo e quilombola, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), deve ser garantido que os recursos, serviços e Atendimento Educacional Especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base
- (A) na perspectiva da alteridade e igualdade.
  - (B) nas desigualdades e vulnerabilidades étnicas.
  - (C) nas diferenças socioculturais desses grupos.
  - (D) no respeito à homogeneidade linguística.
  - (E) no previsto pelo currículo nacional.
- 27.** Conforme indicam Almeida, Santos e Lacerda (2015), a proposta bilíngue para a educação de alunos surdos tem como objetivo principal garantir
- (A) um desenvolvimento cognitivo-linguístico compatível com o desenvolvimento de ouvintes da mesma faixa etária, a partir da língua de sinais e em convivência com seus pares surdos, para a construção e a valorização da identidade surda.
  - (B) que os alunos surdos dominem a língua majoritária de sua comunidade linguística por meio da convivência educacional com surdos e ouvintes em sala de aula comum inclusiva.
  - (C) ambiente para atendimento especializado e bilíngue para que o aluno surdo conviva com outros surdos e possa aprender a língua majoritária na modalidade escrita e oralizada em diferentes contextos.
  - (D) a convivência, em diferentes contextos, com alunos e educadores ouvintes para otimizar a aprendizagem da língua portuguesa na modalidade sinalizada e escrita e sinais de Libras para comunicação entre os pares surdos.
  - (E) a estimulação do desenvolvimento linguístico da língua de sinais e da língua da comunidade ouvinte em que o aluno está inserido no seu cotidiano, garantindo proficiência da língua portuguesa como primeira língua.

- 28.** Almeida, Santos e Lacerda (2015) problematizam que, apesar de assegurado o direito a uma educação que atenda às demandas linguísticas, nem todos os alunos surdos têm acesso à educação bilíngue; com isso, muitas vezes ao final da escolarização básica, esses alunos não são capazes de ler e de escrever satisfatoriamente ou de ter um domínio adequado dos conteúdos acadêmicos. Tal cenário, na perspectiva das autoras, é reflexo de um processo de educação que não atende
- (A) ao indicado pelas convenções internacionais.
  - (B) aos princípios de igualdade de gênero.
  - (C) às singularidades dos alunos surdos.
  - (D) às orientações das instituições especializadas em surdez.
  - (E) às propostas destinadas aos estudantes de escolas inclusivas.
- 29.** Apesar de a língua de sinais ser considerada a língua natural dos surdos, não basta ser surdo para adquiri-la, ou seja, sua apropriação não é inerente à condição de surdez (Almeida, Santos e Lacerda, 2015). Para o surdo se tornar usuário da Libras, é necessário que
- (A) aprenda a língua de sinais concomitantemente com a língua portuguesa na fase de alfabetização.
  - (B) seja incluído em comunidades de surdos oralizados para o contato com a Libras e a língua portuguesa.
  - (C) tenha contato com a língua de sinais em sala de recursos, desde a educação infantil e perpassando o ensino fundamental.
  - (D) esteja inserido em ambientes propícios à troca dialógica de experiências com outros falantes dessa língua.
  - (E) tenha acesso a aulas de Libras no contexto de escolas bilíngues para surdos, com professores ouvintes e fluentes na língua.
- 30.** Bernardino (2000), ao citar Sacks (1990), destaca que o bebê surdo não é alheio ao que ocorre a sua volta, e que todo o estímulo que é auditivo para a criança ouvinte, quando se tratar de uma criança surda, deve ser direcionado para
- (A) os movimentos corporais.
  - (B) a percepção visual.
  - (C) o contato auditivo.
  - (D) o fortalecimento sensorial.
  - (E) a apresentação das palavras.
- 31.** Borges (2020), em sua pesquisa sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), destacou os marcos legais para a educação inclusiva. Segundo a autora, a década de 1990 foi marcada por movimentos que visavam à inclusão de alunos público-alvo da educação especial. Assim, nessa década, os seguintes documentos foram de suma importância para balizar esse movimento:
- (A) Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e Plano Nacional de Educação.
  - (B) Declaração de Jomtien e Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
  - (C) Lei Brasileira de Inclusão e Lei Berenice Piana.
  - (D) Política Nacional de Educação Especial e Lei Brasileira de Inclusão.
  - (E) Declaração de Salamanca e Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien).
- 32.** Existem três tendências educacionais para pessoas com surdez: a oralista, a comunicação total e a abordagem por meio do bilinguismo (Damazio, 2007). As escolas comuns ou especiais, pautadas no oralismo, visam
- (A) a estimulação do uso da língua de sinais para que os estudantes surdos tenham sua identidade linguística considerada.
  - (B) à capacitação da pessoa com surdez para que possa utilizar a língua da comunidade ouvinte, na modalidade oral, como única possibilidade linguística.
  - (C) ao desenvolvimento de habilidades fundamentais para participação nas atividades escolares e processos avaliativos em situação de igualdade.
  - (D) à incorporação da língua falada no cotidiano da escola para a comunicação efetiva com os estudantes ouvintes e professores.
  - (E) ao uso descontextualizado da fala, em oposição ao uso da língua de sinais, que não é utilizada pela comunidade escolar.

Leia o texto a seguir para responder às questões de número 33 a 35.

O trabalho pedagógico com os alunos com surdez, nas escolas comuns, deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço em que se utilize a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa. Um período adicional de horas diárias de estudo é indicado para a execução do Atendimento Educacional Especializado. Nele destacam-se três momentos didático-pedagógicos: Atendimento Educacional Especializado *em Libras* na escola comum; Atendimento Educacional Especializado *para o ensino de Libras* na escola comum e Atendimento Educacional Especializado *para o ensino da Língua Portuguesa*.” (grifo nosso)

(Damazio, 2007. Adaptado)

33. De acordo com Damázio (2007), no momento didático-pedagógico em que o Atendimento Educacional Especializado é realizado em Libras na escola comum, o planejamento é elaborado pelo professor especializado, em colaboração com

- (A) o professor bilíngue, que organiza os materiais e recursos com imagens de sinais de Libras e palavras para apoiar a alfabetização em língua portuguesa.
- (B) a coordenação pedagógica, que indica os procedimentos para que se eliminem as barreiras existentes para que o aluno surdo tenha acesso ao currículo.
- (C) o professor da sala comum, que delimita os espaços entre surdos e ouvintes para possibilitar o maior contato entre os alunos surdos usuários da Libras.
- (D) a orientação educacional, que é responsável por orientar e apoiar os alunos da escola em suas dificuldades e organização dos estudos em Libras.
- (E) os professores de turma comum e os professores de Língua Portuguesa, pois o conteúdo deste trabalho é semelhante ao desenvolvido na sala de aula comum.

34. Conforme indica Damázio (2007), quem organiza o trabalho no momento didático-pedagógico do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras, respeitando as especificidades dessa língua, principalmente o estudo dos termos científicos a serem introduzidos pelo conteúdo curricular, é o

- (A) educador polivalente da sala comum.
- (B) professor especialista em deficiência auditiva e surdez.
- (C) professor do Atendimento Educacional Especializado.
- (D) professor e/ou instrutor de Libras.
- (E) tradutor e intérprete de Libras.

35. A sala de recursos para o Atendimento Educacional Especializado em Língua Portuguesa, segundo Damázio (2007), deverá ser organizada didaticamente, respeitando, dentre outros, o seguinte princípio:

- (A) riqueza de materiais e recursos visuais para possibilitar a abstração dos significados de elementos morfológicos da língua portuguesa.
- (B) acervo textual restrito aos interesses dos alunos surdos, estimulando a curiosidade e o prazer por materiais em Língua Portuguesa.
- (C) organização de materiais impressos com imagens específicas para alinhar com o processo de aquisição da segunda língua na modalidade escrita.
- (D) ampliados recursos textuais em língua portuguesa, Libras e língua estrangeira vigente na escola em que está matriculado.
- (E) elaboração de atividades e exercícios que garantam a repetição, memorização e decodificação da língua portuguesa.

36. Kezio (2016), ao estudar as propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos, identificou que a realidade do fracasso escolar é o resultado de equívocos que

- (A) reforçam o condicionamento do surdo a superar a deficiência e ser igual ao ouvinte.
- (B) ignoram a necessidade do surdo de se igualar ao ouvinte nos aspectos cognitivos e psicomotores.
- (C) eliminam as barreiras de comunicação para que alunos surdos e ouvintes aprendam em igualdade.
- (D) estabelecem critérios para que surdos e ouvintes estudem nas mesmas salas de aulas comuns.
- (E) estimulam o uso de imagens e recursos visuais para acesso às informações em avaliação escolar.

37. Em relação à educação do aluno surdo, Kezio (2016) afirma que o Método Oral enfatizou

- (A) as aulas da língua portuguesa escrita e sinalizada com o objetivo de comparar os códigos gestual e escrito para a apreensão das duas línguas pelo aluno surdo em fase de oralização.
- (B) a escrita de forma mecânica, na qual havia o condicionamento à repetição sucessiva de textos, formando alunos com baixa compreensão na leitura e na escrita devido ao vocabulário reduzido.
- (C) o contato com textos produzidos com vocabulário restrito e em combinação com a oralização realizada pelo professor e pelo aluno surdo em processo de alfabetização em língua portuguesa.
- (D) a leitura e a escrita de forma contextualizada e com respeito ao direito da pessoa surda de utilizar o meio natural para comunicação em sua comunidade linguísticas.
- (E) a produção de textos que tenham como base a oralidade, dificultando a compreensão global pelos alunos surdos, acarretando em avanços na aprendizagem ao longo de toda a vida escolar.

38. Em uma determinada escola da rede pública, há sala de recursos para atendimento dos alunos público-alvo da educação especial, e a equipe gestora tem realizado esforços para a aproximação entre professores do Atendimento Educacional Especializado e da sala comum. De acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), citando Lehr (1999), dentre os fatores cruciais para o sucesso do trabalho no modelo de coensino, destaca-se
- (A) a interdisciplinaridade, pois aproxima os professores resistentes e favorece práticas pedagógicas que promovam a emancipação dos educadores.
  - (B) a autonomia dos professores, resultante da diversidade de objetivos e propostas de trabalhos independentes, o que fortalece a equidade entre eles.
  - (C) o voluntarismo, pois, se um dos professores não desejar estabelecer uma parceria, não há como desenvolver o ensino colaborativo.
  - (D) o companheirismo, que respeita os diferentes modos de trabalho, pois garante o trabalho cooperativo e multidisciplinar.
  - (E) a parceria entre profissionais com formações e objetivos distintos, permitindo a troca de ideias e o surgimento de divergências pedagógicas.
39. Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), em sua obra, destacam alguns aspectos essenciais para o coensino. Ao ouvir professores de uma escola da rede pública, elas identificaram, entre outros fatores, dois pontos considerados fundamentais para o sucesso do coensino, que são
- (A) compartilhar conhecimento e a organização dos espaços escolares.
  - (B) o apoio pedagógico e o material adaptado.
  - (C) o suporte da administração da escola e a formação continuada permanente.
  - (D) compreender seu próprio trabalho e conhecer a rotina da escola.
  - (E) delimitar atuações divergentes e conviver em harmonia.
40. Omote (in Rodrigues, Capellini e Santos, 2014), ao refletir sobre a tendência do mundo moderno e civilizado de dar atenção à redução da exclusão social e à melhoria da qualidade de vida das pessoas, destaca que a Educação apresenta dois caminhos no combate às exclusões e desigualdades sociais, que seriam
- (A) o Atendimento Educacional Especializado e as adaptações realizadas no contexto da sala especial.
  - (B) as pautas afirmativas e a conscientização sobre diversidade, apresentando propostas de formação de educadores.
  - (C) os processos inclusivos e a formação continuada da equipe de apoio das escolas comuns e centros especializados.
  - (D) a educação inclusiva e a formação das novas gerações com outra mentalidade acerca da diversidade.
  - (E) a educação especial e a escola comum inclusiva, conforme preconizam as convenções internacionais.
41. Em relação ao desenvolvimento da linguagem, Moura (in Lacerda e Santos, 2014) destaca que a criança surda precisa ver a língua de sinais circulando por diferentes “portadores”, com estilos e formas variadas de se comunicar, lembrando que usuários da língua de diferentes idades comunicam-se de formas diferentes e sobre assuntos distintos. Com base nisso, destaca ainda que a aquisição da linguagem precisa ser em
- (A) condições elaboradas para a criança.
  - (B) circunstâncias artificiais.
  - (C) estruturas organizadas.
  - (D) oportunidades de expressão.
  - (E) situações espontâneas.
42. Em sua pesquisa sobre a Libras e suas características, Harrison (in Lacerda e Santos, 2014) explica que os estudos linguísticos demonstram que as línguas de sinais possuem as mesmas características e qualidades de qualquer outra língua, quais sejam:
- (A) sintaxe, volatilidade/articulação e derivação na formação de palavras.
  - (B) estrutura linguística, comunicabilidade/diversidade, compreensão e léxico.
  - (C) organização, fonética/morfologia e múltiplas articulações.
  - (D) versatilidade/flexibilidade, arbitrariedade, criatividade/produzibilidade e dupla articulação.
  - (E) fonologia, flexão de gênero/número, conjugação verbal e pantomima.
43. “A imposição das regras de normalização representou uma grande tensão entre surdos devido à violência contra a cultura surda, marcada até hoje na história da educação de surdos” (Campos in Lacerda e Santos, 2014). Segundo a autora, são formas de agressões aos surdos:
- (A) a eliminação da diferença, a ridicularização da Libras, imposição da língua oral, a inclusão dos surdos entre os com deficiência e a inclusão do surdo entre ouvintes.
  - (B) a falta de acesso adequado à informação, o tratamento da Libras como mímica e gestos aleatórios e a consideração da Libras como língua natural pelos ouvintes.
  - (C) os recursos escolares sem acessibilidade, o uso da língua oral nos espaços públicos, a não comunicação em Libras nos diferentes espaços sociais e oferta de guias-intérpretes na escola.
  - (D) o tratamento diferenciado, a inclusão na escola comum, a definição da surdez como deficiência, as barreiras atitudinais e de comunicação.
  - (E) o sistema escolar bilíngue, a matrícula na escola comum, o respeito às diferenças linguísticas, a organização dos tempos e espaços escolares que visem à alfabetização dos ouvintes.

44. Góes e Campos (in Lacerda e Santos, 2014) explicam que a língua de sinais, assim como acontece com as línguas orais, não é
- (A) traduzida.
  - (B) linguística.
  - (C) universal.
  - (D) interpretada.
  - (E) organizada.
45. Segundo Felipe (2007), na Libras, diferentemente do que acontece com a língua portuguesa, os pronomes possessivos são apresentados
- (A) com flexão para gênero e número, garantindo a relação com o que indicam como posse.
  - (B) sem marca para gênero e estão relacionados às pessoas do discurso e não à coisa possuída.
  - (C) flexionados em gênero, mas não em número ou grau, possibilitando identificar o que se possui.
  - (D) com conjugação de tempo, espaço e plural, explicitando qual é o objeto ou pessoa que se possui.
  - (E) gestualmente, indicando a coisa possuída pelo movimento das mãos, e flexionados em gênero, número e grau.
46. As línguas de sinais utilizam as expressões faciais e corporais para estabelecer tipos de frases, como as entonações na língua portuguesa, por isso, para perceber se uma frase em Libras está na forma afirmativa, exclamativa, interrogativa, negativa ou imperativa, precisa-se estar atento às expressões facial e corporal que são feitas simultaneamente com certos sinais ou com toda a frase. (Felipe, 2007)
- Segundo a autora, em uma frase afirmativa,
- (A) há um aceno de cabeça, que pode ser feito simultaneamente com a ação de afirmação com o polegar.
  - (B) as sobrancelhas são franzidas e há um aceno da cabeça afirmando.
  - (C) a expressão corporal indica afirmação.
  - (D) a expressão facial é neutra.
  - (E) as sobrancelhas são levantadas e há um ligeiro movimento da cabeça inclinando-se para cima e para baixo.
47. De acordo com Felipe (2007), na Libras não há marca de tempo nas formas verbais; é como se, nas frases, muitos verbos ficassem no infinitivo. Portanto, o tempo é marcado
- (A) morfologicamente por sinais que indicam o tempo em que ocorre a ação descrita na frase.
  - (B) por flexão verbal e a inclusão de advérbios sinalizados para indicação de tempo verbal na frase.
  - (C) pelo uso de adjuntos adverbiais indicados por sinais e expressões faciais específicas de indicação de tempo.
  - (D) por sinais da Libras que indicam os tempos verbais como na língua portuguesa: presente, pretérito e futuro.
  - (E) sintaticamente por advérbios de tempo que indicam se a ação está ocorrendo no presente, passado ou futuro.
48. Quadros e Karnopp (2004) apresentam seis mitos sobre a língua de sinais, sendo o mito 4 a ideia de que “a língua de sinais seria um sistema de comunicação superficial, com conteúdo restrito, sendo esteticamente expressiva e linguisticamente inferior ao sistema de comunicação oral”. Esse mito reforça a ideia de que
- (A) as línguas de sinais têm potencial para a expressão de diferentes ideias sobre os mais variados temas concretos e abstratos.
  - (B) os sinais não são símbolos arbitrários, carregando uma relação icônica ou representacional dos seus significados.
  - (C) faltam às línguas de sinais complexidade e poder expressivo, sendo consideradas empobrecidas lexical e gramaticalmente não expressando proposições abstratas.
  - (D) a Libras é considerada um sistema pantomímico com possibilidade de expressar simbolicamente a língua em complexidade.
  - (E) a língua de sinais, como língua natural, tem estrutura gramatical que necessita de suporte na língua oral.
49. Segundo Quadros e Karnopp (2004), na língua de sinais, a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos. Essa modalidade de língua é denominada
- (A) gestual-visual.
  - (B) expressiva-visual.
  - (C) linguagem sinalizada.
  - (D) comunicativa-expressiva.
  - (E) língua natural.

50. Sobre os estudos da fonologia da Língua de Sinais Brasileira, Quadros e Karnopp (2004) indicam que os principais parâmetros fonológicos são locação, movimento e configuração de mão. Além disso, destacam que, embora alguns pesquisadores não considerem outros elementos como parâmetros fonológicos, há quem também os inclua. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta os parâmetros adicionais segundo as autoras.

- (A) Estrutura frasal e indicadores corporais.
- (B) Morfologia e sintaxe da língua.
- (C) Organização dos sinais e expressões faciais.
- (D) Orientação de mão e expressões não manuais.
- (E) Expressões faciais e corporais.

51. Skliar (1998), ao analisar o contexto educacional da época de sua pesquisa, argumenta que o oralismo era, em grande parte do mundo, a ideologia predominante na educação de surdos. Nesse contexto, a surdez era frequentemente vista como uma deficiência. Com base nessa perspectiva, a concepção do sujeito no oralismo reflete principalmente uma dimensão

- (A) discriminatória.
- (B) clínica.
- (C) social.
- (D) humanizada.
- (E) excludente.

52. Kotaki e Lacerda (in Lacerda e Santos, 2014), considerando o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei da Libras, destacam que, em relação ao profissional intérprete de língua de sinais, não havendo pessoas com a titulação exigida para o exercício da profissão nas instituições de ensino, nos dez anos seguintes à publicação da lei, o trabalho poderia ser exercido por profissionais, dentre outros perfis, com o seguinte:

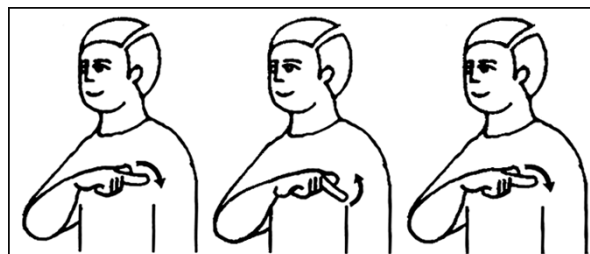
- (A) profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em escolas da educação infantil ao ensino médio.
- (B) profissional ouvinte, de nível superior, com fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, com aprovação em exame de proficiência, promovido pela instituição de ensino, para atuação no ensino superior.
- (C) profissional surdo, com habilidade de leitura labial e/ou resíduo auditivo, com nível superior, competência e fluência em Libras e na língua portuguesa, para atuar nas salas de aulas comuns e salas do Atendimento Educacional Especializado para ensino da Libras.
- (D) profissional ouvinte ou surdo, de nível médio, com técnica em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, com cursos de Libras e de intérprete, além de aprovação em exame de proficiência promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em cursos e eventos.
- (E) profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental.

Considere a obra de Capovilla e Raphael (2005) para responder às questões de número 53 a 60.

53. Assinale a alternativa que descreve corretamente o sinal em Libras para FILHO(A).

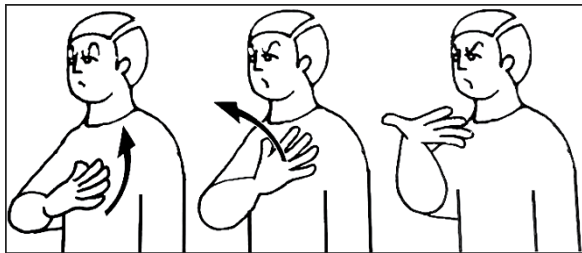
- (A) Mão direita em F, palma para a esquerda, tocando a testa. Movê-la para frente, mudando para mão em V.
- (B) Mãos verticais fechadas, palma a palma, dedos indicadores, médios e polegares distendidos. Balançar as mãos pelos pulsos para baixo e para cima, alternadamente.
- (C) Mão direita horizontal aberta, palma para dentro, dedos separados, pontas dos dedos apoiados no peito. Mover a mão para frente, unindo as pontas dos dedos.
- (D) Mão direita horizontal aberta, palma para dentro, polegar e indicador unidos pelas pontas. Tocar as pontas dos dedos nos lábios duas vezes.
- (E) Mão esquerda vertical aberta, palma para a direita; mão direita vertical aberta, palma para esquerda, unha do dedo médio tocando a ponta do polegar. Distender o médio direito, batendo-o na palma esquerda duas vezes.

54. O sinal de Libras apresentado na imagem a seguir indica qual membro familiar?



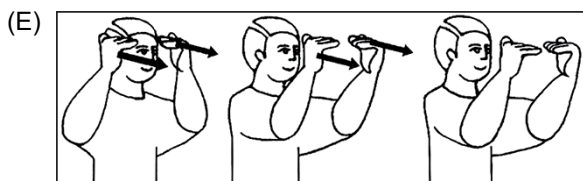
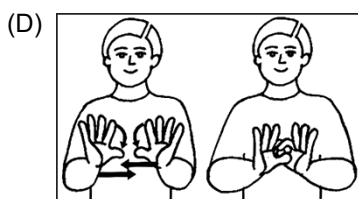
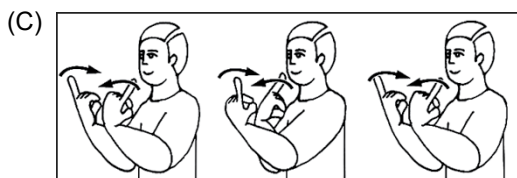
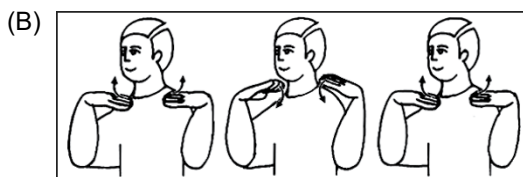
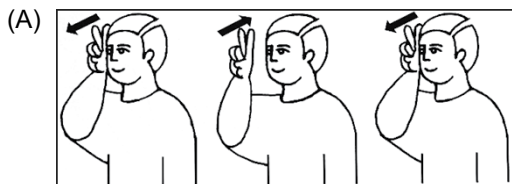
- (A) SOBRINHO
- (B) ESPOSO
- (C) TIO
- (D) IRMÃO
- (E) GENRO

55. O sinal de Libras apresentado na imagem a seguir indica:



- (A) PRECONCEITO
- (B) AMOR
- (C) TRISTEZA
- (D) SAUDADE
- (E) RAIVA

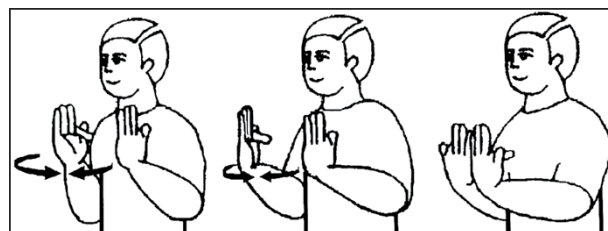
56. Assinale a alternativa que apresenta o sinal em Libras para DIALOGAR.



57. Na Libras, há várias formas de demonstrar cordialidade, assim como nas línguas orais. O sinal utilizado para “por favor” é expressado da seguinte maneira:

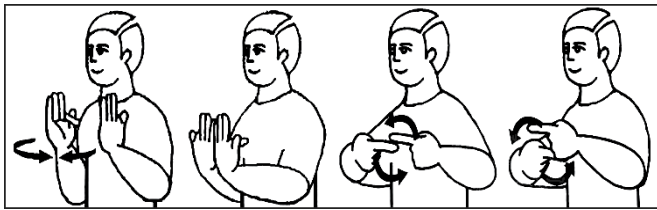
- (A) mãos horizontais abertas, palmas para baixo, polegar e indicador de cada mão unidos pelas pontas. Mover as mãos, alternadamente, para frente e para trás.
- (B) mãos horizontais abertas, palma a palma, inclinadas para dentro, dedos unidos tocando-se pelas pontas. Separar as mãos movendo-as diagonalmente para trás e para os lados opostos.
- (C) mão direita vertical aberta, palma para frente, dedos separados, diante do ombro direito. Mover a mão em um pequeno arco para cima e para a direita.
- (D) mãos horizontais abertas, palmas para dentro. Mover as mãos, alternadamente, para frente e para trás, batendo as pontas dos dedos durante os movimentos, com os cantos da boca rebaixados.
- (E) mãos verticais fechadas, palma a palma, indicadores e médios distendidos e curvados. Entrelaçar as mãos pelos dedos e balançá-las para os lados, dobrando os pulsos.

58. A imagem apresentada a seguir refere-se a qual sinal em Libras?



- (A) FOGO
- (B) FÉRIAS
- (C) FERIADO
- (D) FAMÍLIA
- (E) FESTA

59. A imagem apresentada a seguir refere-se a qual sinal em Libras?



- (A) HEREDITÁRIO
- (B) FELIZ
- (C) CONVERSA
- (D) FOFOCA
- (E) PARENTE

60. Assinale a alternativa que indica o sinal em Libras para GERAÇÃO.

